

ESTADO, NEOLIBERALISMO E CRISE: TRANSFORMAÇÕES NA ARGENTINA DURANTE A DÉCADA DE 1990

Luiz Eduardo Simões de Souza*

Laryssa Costa Silva**

Resumo: No intento de se analisar a relação entre o Estado e o Capital, na Argentina, no contexto da ideologia neoliberal, vigente, principalmente, nos países latino-americanos no período pós-1970. Busca-se, através deste, apresentar um contraponto entre a aplicação dessa agenda de política econômica com algumas características das experiências desenvolvimentistas, ocorridas no período pós-1929 e nos desdobramentos políticos do país, os quais viram a imposição dessas políticas neoliberais iniciadas sob a Ditadura Militar (1976 - 1982) e impulsionadas na implementação da agenda neoliberal da década de 1990.

Palavras-chave: Argentina; neoliberalismo; desenvolvimentismo; política econômica; América Latina.

* Professor do PPGDSE – UFMA. Coordenador do GEEPHE, Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica. E-mail: luiz.souza@ufma.br.

**Economista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista FAPEMA.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o Estado e o Capital, na Argentina, no contexto da ideologia neoliberal¹, vigente, principalmente, nos países latino-americanos no período posterior à década de 1970. Entre meados da década de 1970 e o final da década seguinte, a história política da Argentina seguiu um mote comum a toda a América Latina: governos autoritários, ascendidos ao poder com apoio dos EUA, viam-se às voltas não apenas com a perda desse apoio (devido a uma nova reorientação da política externa estadunidense), e as crises políticas advinda do desgaste popular que as ditaduras sofrem com o tempo, mas também com problemas econômicos graves como uma dívida externa crescente (que explodiria no início da década de 1980), e a deterioração das moedas locais. Boa parte desse resultado comum a toda a América Latina deveu-se à aplicação de políticas de abertura e liberalização de mercado aos EUA, diagnóstico que não impediu que os principais órgãos vocais dos interesses metropolitanos – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – deixassem de prescrever, quando da crise da dívida dos países latino-americanos (1982), uma nova rodada de intensificação das mesmas políticas, agora com a liquidação das políticas e ativos dos Estados nacionais. Mesmo com a onda de redemocratização no ambiente político desses países observada ao longo da década de 1980, verifica-se também a adoção dessa nova rodada, sob a agenda de políticas de ajuste para controle da inflação e do déficit público. Assim, submetida à deterioração de suas condições econômicas internas ao longo do mesmo período em que reestruturava sua democracia, a Argentina foi progressivamente adotando, a contragosto da vontade popular, a agenda de políticas neoliberais que culminaria na pauta de Ajuste e Reforma, dos anos 1990, com uma ampla liquidação de ativos do Estado, e uma limitação muito grande da margem de ação de política econômica governamental, o que deixaria o país vulnerável à maior crise econômica de sua história, em 2001, na qual um terço de seu valor agregado bruto desapareceria em menos de um trimestre.

¹ Conforme SODRÉ (1995, p. 40 e 41), NETTO (1995, p. 77) e ANDERSON (1995, p. 9) o neoliberalismo é uma reação teórica e política a favor da redução do Estado como mecanismo de gestão pública e econômica, que reestabelece o mercado como “instância mediadora societal elementar e insuperável”, onde as reformas necessárias se manifestariam por meio da hegemonia absoluta da força do mercado livre.

Raúl Alfonsín, representante da União Cívica Radical (UCR) e com a missão de restaurar a democracia, recebeu o governo argentino em 1983 em uma situação econômica de crise, com a inflação galopante, um alto endividamento externo e taxa de desemprego crescente. Com medidas ortodoxas ineficazes, a opção política do governo desviou-se para um meio heterodoxo de confronto à crise e inflação, por meio da submissão à agenda de “Ajuste e Reforma” exigida pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, como o Plano Austral, em 1985, que apesar do êxito inicial, levou o país a um cenário de hiperinflação em 1987.

As políticas neoliberais implementadas na Argentina durante o governo de Carlos Menem (1989-1999), não se estabeleceram em um momento histórico isolado. Foram implementadas, por um lado, pelas pressões de organismos internacionais, alinhados com os interesses dos Estados Unidos, que fizeram com que o Estado argentino atendesse não somente as vontades da elite agroexportadora como também a do capital internacional.

Por outro lado, mas ainda como um desdobramento do primeiro, temos as pressões internas, desta aristocracia rural que, deixadas de lado no período nacional desenvolvimentista, característico do peronismo, ganharam força no discurso antiperonista e, de forma efetiva, na ditadura militar argentina, conhecida como Processo de Reorganização Nacional, que durou de 1976-1982.

Para entendermos este movimento, apresentamos, primeiramente, a experiência do Nacional-Desenvolvimentismo na Argentina, sob a figura de Juan Domingos Perón e, de certa forma, de alguns de seus sucessores. Não é fora de propósito afirmar que a segunda metade do século XX da política argentina divide-se entre o peronismo e o anti-peronismo.

Posteriormente, apresentaremos um panorama da economia argentina, que contemplará, de forma breve, o período entre o peronismo ao processo de redemocratização (1946-1989). Em seguida, discutiremos a agenda neoliberal na Argentina, implementada na década de 1990. Por fim, teceremos algumas considerações acerca desse movimento e sua herança para os futuros governos na Argentina.

Nacional-desenvolvimentismo na Argentina

No âmbito das doutrinas econômicas, conceitos como o de desenvolvimentismo não encontram uma unanimidade entre os princi-

pais autores. Podendo significar desde uma ideologia voltada para o desenvolvimento econômico de uma nação², passando por uma relação conservadora de absorção, por parte de países periféricos, de políticas de desenvolvimento de países centrais³, ou até mesmo como um conjunto de políticas econômicas que tem como objetivo fomentar o processo de acumulação de capital, através da industrialização⁴.

Tentando contemplar esta visão, Bielschowsky, trazendo para a realidade brasileira, define desenvolvimentismo como:

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e o instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 7)

De certo, podemos entender o desenvolvimentismo como a congruência de três fatores: a) um projeto nacional; b) uma intervenção do Estado; e c) a industrialização como única via para o desenvolvimento.

Quando inserimos o apoio popular no projeto de desenvolvimento de uma nação, fomentada por decisões denominadas “populistas”, nos deparamos por um processo classificado também como “Nacional-Desenvolvimentista”. Mesmo este sendo um entendimento amplo, nos ajudará a explicar algumas transformações ocorridas na Argentina durante o Peronismo e seus desdobramentos na economia e na política argentina pós-1956.

A administração do primeiro governo de Juan Domingos Perón (1946-1952) se caracterizou pela implementação destas políticas classificadas

² BRESSER-PEREIRA, 1968.

³ FURTADO, 1961.

⁴ HERRLEIN JR., 2012.

como nacional-desenvolvimentistas. Como desdobramento, foi o período em que a Argentina se deparou com um aquecimento do setor industrial, muito embora este tenha acontecido de maneira parcial. Também se identifica uma maior distribuição de renda e terras, além de uma forte presença do Estado, seja no desenvolvimento de políticas econômicas, como a implementação do Banco de Desenvolvimento Argentino, seja pela nacionalização de grandes empresas que operavam na Argentina (CANO, 2000).

Do Peronismo à Redemocratização

Durante o período de 1929-1976 houve uma grande instabilidade política e governos interrompidos na Argentina. Nesses quarenta e sete anos, a Argentina teve dezenove governos, oito deles foram por meio não eleitoral; quatro foram depostos ou “substituídos” e os outros quatro completaram seus mandatos, apesar da curta duração; e dos onze eleitos apenas dois concluíram seus mandatos e os outros nove tiveram mandatos breves, seja por morte, renúncia ou deposição.

Se tentarmos classificar a segunda metade da economia argentina, podemos dizer que foi um período que se caracterizou por uma industrialização inconclusa, um período de inflação crônica que, embora tenha existido planos que buscassem conter esse avanço da inflação, evoluiu de forma galopante em alguns períodos.

Outro destaque é para a oscilação nos modelos de desenvolvimento econômico: ora atendendo aos estudos cepalinos, principalmente na figura de Raúl Prebisch, ora atendendo os interesses da elite aristocrata rural, a quem pouco interessava o viés industrializante do desenvolvimentismo.

Outro ponto em questão é a presença de golpes de Estado na Argentina. No século XX pode-se classificar no mínimo seis golpes de Estado⁵. São seis rupturas no modo de governo, sendo os principais fomentados pela elite agroexportadora. O descontentamento desta elite com as políticas desenvolvimentistas encontra precedentes em 1810. Desde a independência da Argentina que o país apostou na extração de minérios e na agropecuária como forma de lograr um crescimento econômico. A Crise de 1929 interrompeu o avanço desse setor agrário-exportador. Com isso, se

⁵ 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976.

estabeleceu um movimento em prol do modelo de substituição de importações, mesma característica presente em diversos países da América Latina (SOUZA, 2015).

Durante as décadas de 1930 e de 1960, a Argentina foi um dos alvos preferidos das pressões norte-americanas na América Latina, tanto pela posição geográfica do país, sendo passagem estratégica para o Pacífico, como por ter o maior PIB da região e o maior mercado de importações; também pela influência política, econômica e cultural que tinha perante alguns dos seus países vizinhos e pela antiga relação econômica com a Inglaterra (CANO, 2000).

Com Perón assumindo a chefia do Departamento de Trabalho, tomando parte do golpe do governo do General Farrel em 1943, seria um novo problema para os EUA. À frente do Departamento, Perón consolidou sua base trabalhista e sindical e, posteriormente o Partido Peronista, além de assumir a vice-presidência e a chefia do Ministério de Guerra, se declarou em 1945 como candidato para as eleições presidenciais e foi eleito no ano seguinte (CANO, 2000).

No primeiro governo peronista (1946-1948), aumentou a intervenção do Estado na economia, melhorou os direitos trabalhistas e salários, aumento o investimento e gasto público e expandiu a industrialização através do processo de substituição de importação. Foi um período de boa colheita com elevação das taxas de crescimento, salário, emprego e especialmente, no avanço e diversificação da produção industrial. Porém, segundo Cano (2000), à custa do bom resultado, Perón deu em troca as rendas do setor agrário exportador, controlando seus preços e transferindo câmbio barato para as importações de insumos, combustíveis e bens de capital para a indústria.

O governo Perón foi caracterizado por discursos e práticas nacionalistas, apesar de não terem sido praticados na mesma medida. Estabeleceu uma agenda do Estado de caráter keynesiano e de viés industrializantes. O fato que configura esse período são as medidas populistas, que fazem com que se configure uma ideologia nacional desenvolvimentista, conforme abordado anteriormente. Tais políticas levaram à reeleição de Perón em 1952, que deu continuidade as políticas de substituição de importações e investimento na indústria, nacionalização de empresas estrangeiras, como as de telefonia e ferroviária e criação de empresas públicas nos setores bélico, aviação e navegação (SOUZA, 2015).

Conforme Ferrer (2004), Perón levou até as últimas consequências a fase do processo de substituição de importação no âmbito de uma redistribuição de rendimentos em favor dos setores populares. A oferta monetária elevou em 250%, o gasto público aumentou de 16% para 29% do PIB, ao mesmo tempo, o governo desempenhou uma política de nacionalização de serviços públicos e repartição da dívida pública.

As políticas econômicas peronistas, tais como as transformações na estrutura produtiva, o aumento do emprego nos serviços e na indústria, a urbanização e as migrações internas, e principalmente as políticas sociais colaboraram para a integração do cenário social e para constituir maior igualdade na distribuição de renda. Contudo, Ferrer (2004) esclarece que:

A pesar de contar con la legitimidad que le otorgaba el apoyo popular, el gobierno violó normas elementales de la convivencia democrática y restableció, por otras vías y para otros fines, las prácticas autoritarias del régimen oligárquico. Esto abrió una nueva e profunda fractura en la densidad nacional: la antinomia peronismo-antiperonismo (FERRER, 2004, p. 227).

Ao mesmo tempo em que houve a fase expansionista das políticas peronistas através do crescimento da demanda efetiva, o processo de substituição de importações se esgotou. Além disso, conforme Cano (2000), a Argentina possuía débitos com os EUA, contraídos de financiamento bancário de curto prazo que foram se transformando em um estrangulamento externo e motivo de grande cobrança por parte do governo americano.

A partir de 1949, o crescimento reduz perante o estrangulamento externo e da inflação, houve o agravamento nas relações de trocas o que piorou a situação das exportações e reduziu o poder de comprar das exportações. A crise econômica continuou de 1950 a 1952, e fez com que Perón decidisse mudar a orientação básica de sua política econômica, passando a incentivar de novo o setor agroexportador, liberando preços e impondo política de estabilização que conteve salários e gasto público, aumento a repressão política o que tornou possível uma nova face de contestação sem sua própria estrutura de sustentação política.

Nesse começo de crise, a partir de 1950-1951, Cano (2000) observa que houve uma transformação na direção político e econômica do governo Perón, reduzindo a orientação nacionalista e tentando uma reaproximação com os EUA.

A crise política se intensificou com sua base política e com os militares, especialmente os nacionalistas, no decorrer das negociações com os americanos, tendo como parcela fundamental do acordo, um contrato de exploração petrolífera, que Perón assinou e enviou para o Congresso, para ratificação em maior de 1955.

Para Cano (2000), Perón tinha plena consciência que para continuar com sua política ele demandava total apoio político, mas com esses acordos se tornariam difícil de conseguir de setores mais tradicionais e também junto ao capital estrangeiro.

Apesar de a Argentina ter vivenciado uma das maiores experiências de distribuição de renda em sua história, a figura do antiperonismo representava os herdeiros do regime conservador passado, porém também caracteriza os amplos setores médios e populares que até concordavam com as posições sociais e nacionalistas do governo, mas não concordavam com a essência autoritária do regime (FERRER, 2004). Além do desagrado dos opositores do governo peronistas: a elite aristocrata rural primário-exportadora, outros eram ligados ao setor financeiro, ao capital externo e à parte das Forças Armadas, Perón travou um conflito também com a Igreja, ele não admitia o objetivo dos cristãos de constituir um movimento de opinião pública composto por fies e estudantes, à margem da intervenção governamental. Setores insatisfeitos junto com a Igreja e reivindicaram a queda de Perón, a Força Aérea tentou um golpe em junho de 1955, que apesar se em sucesso, acelerou a crise política resultando no golpe de setembro. (SOUZA, 2015).

A Tabela 1 apresenta taxas médias de crescimento anual do PIB no período exposto: Primeiro, de 1943 a 1946, quando a intervenção estatal começa a caminhar; segundo, de 1946 a 1948, no ápice do peronismo e da intervenção estatal; o quarto de 1948 a 1953, com a crise cambial e agrícola exportadora, e o quinto, a recuperação. Podemos perceber que apesar da liberalização dos preços e do câmbio, o setor agropecuário mostra crescimento menor do que os períodos anteriores. A indústria de transformação teve altas taxas até o nascimento da crise e depois voltou a crescer em 1953/1958, por causa do desenvolvimento de vários investimentos industriais, e estagnou em 1957/1959. Ao término desse período, pode-se perceber a alteração da estrutura industrial, no setor alimentar e o têxtil, representando cerca de 25%; produtos químicos 14% que apresentavam um modo industrial mais avançado e os produtos metálicos, que representava cerca de 22%⁶.

⁶ CANO (2000), p. 102.

Tabela 1 – Taxas médias de crescimento anual do PIB

	Total	Agropecuário	Ind. de transformação
1943/1946	4,2	1,0	4,5
1946/1948	7,3	2,0	6,3
1946/1955	3,3	1,9	3,0
1948/1953	0,1	1,9	-1,0
1953/1958	5,0	0,5	6,3
1943/1958	3,5	1,3	3,5

Fonte: CANO (2000).

O período entre o golpe militar de 1955 e a eleição de Arturo Frondizi, em 1958, é marcado por uma rápida experiência macroeconômica de cunho mais ortodoxo, apesar dos princípios da intervenção jamais não terem sido desprezados. Frondizi, representante da ala à esquerda da União Cívica Radical, recebeu uma parte importante dos votos peronistas, defendendo um desenvolvimentismo fundamentado na combinação entre nacionalismo econômico e progressismo, elegendo a oligarquia agrária como o grande inimigo nacional e se redirecionando a tradição peronista (FERRER, 2004).

A década de 1960 foi caracterizada pela maior abertura comercial, abandono do modelo desenvolvimentista e, através de políticas econômicas voltadas às elites agrárias, de um arcabouço de medidas liberalizantes, parte do eleitorado peronista ainda decidia as eleições, como foi em 1963, elegeram Arturo Illia, com uma campanha de retorno ao nacionalismo econômico, intervencionismo do Estado e a proteção dos consumidores associada a um reformismo moderado. Ainda que o presidente Illia tenha superado, em partes, a crise cíclica que comandava a conjuntura econômica da argentina, ele não conseguiu estruturar uma base de apoio fundamentada em um pacto social entre os setores fundamentais do projeto desenvolvimentista argentino, o que fez entrar em desentendimento tanto com o sindicalismo peronista, encadeado com a CGT, como com os militares, resultando na sua destituição em 1966, o que significava o fim da segunda tentativa de superar a crise que começou com a deposição de Perón.

O período de ditadura que se inicia em 1966 é caracterizado pela expressão do argumento desenvolvimentista, retornando à base conservado-

ra, objetivou-se realizar uma racionalização do Estado, o congelamento de salários, como forma de combater a alta inflação e a execução de várias obras públicas que funcionariam como incentivo ao setor industrial. As transformações na estrutura da economia argentina ocasionou crescimento da indústria, porém existia grande falha com a distribuição desse crescimento. Apesar de a produtividade ter crescido 100%, os salários reais diminuíram 30%, a indústria avançou 5,5% ao ano, o passo que a agricultura cresceu 1,4% (SOUZA, 2015).

A fase de 1973 a 1976 é marcada pelo retorno de Perón ao poder, de forma diferente dos seus anos anteriores, tentou sem sucesso, promover o “pacto social” entre os trabalhadores e empresários, adotando um programa econômico nacionalista, onde previa o deslocamento de determinados setores que estavam sob o comando do capital externo para o empresariado doméstico. Conforme Cano (2000), os anos 1975 e 1976 representam o final do período em que a economia argentina sucumbe suas possibilidades de crescimento com um alto endividamento externo aliado à alta da inflação. Além do fato de que, nessa década de 1970, a Argentina completaria seu ciclo de inclusão no padrão de subdesenvolvimento, presente em toda a América Latina. Simultaneamente, a sociedade argentina assiste o aprofundamento do quadro de crise política. Após dois anos de um governo sem expressão de esposa de Perón, Isabelita Perón, há o retorno do autoritarismo militar com o golpe de 1976, período ditatorial, encabeçado pelos militares, com apoio das elites rurais, que culminou em um baixo desempenho econômico, um retrocesso da atividade industrial, além da entrada de grandes aportes do capital estrangeiro, vulnerabilizando a economia argentina, agravando o endividamento, limitando o crescimento do salário real (lê-se contração) e da inflação elevada. Ferrer (2004) caracteriza o período da ditadura militar como terrorismo de Estado, que além de tentar implantar o neoliberalismo, também tentou diminuir ou exterminar os grupos sociais de oposição que haviam lutado tanto pela democracia, melhores direitos sociais, como também pela industrialização do país. Após o fim da ditadura militar, em 1982, a Argentina vive seu processo de redemocratização. Numa tentativa falida do governo radical de Raúl Alfonsín de se estabelecer um Pacto Social, emperrada pela resistência dos sindicatos peronistas, a Argentina começa a vivenciar as primeiras experiências das novas correntes neoliberais, que ainda não estão ocupando a ortodoxia, mas que já eram frutos de experimentos, como no Chile, na ditadura Pinochet.

O governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) se inicia e termina em uma crise. Recebe uma estrutura econômica destruída pela ditadura militar não consegue reerguer a economia Argentina. Souza (2015) faz um apinhado das características desse período e resume em: endividamento externo alto, que pressionava o déficit público elevando a inflação e os juros; dificuldade na implementação de políticas públicas de consumo e investimento do governo; diminuição do poder de compra dos salários e crescimento insuficiente fomentado através do estímulo as exportações; cada vez mais a presença de órgãos externos na política econômica doméstica com a entrega do governo argentino às prescrições de políticas recessivas e convenientes ao capital internacional, efetivadas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, determinando a hegemonia da agenda de política econômica de “Ajuste e Reforma; e o emprego crescente e crônico, concentração de renda e estagnação do crescimento e elevação da dependência externo. Por meio de uma crise estabelecida, instaura-se a oposição ao governo de Alfonsín, o partido Justicialista dá espaço para Carlos Meném, um político que se elege sob os ideais peronistas com o discurso do “salarioço” e “revolução produtiva”, porém que implementa a cartilha neoliberal de forma fidedigna.

Agenda Neoliberal na Argentina: uma Tentativa de Recuperação

A Argentina dedicou-se a uma estratégia de neoliberalismo econômico, investigando os motivos que levaram o país a essa trajetória e como se inseriu no debate do novo-desenvolvimentismo.

O contexto que o país estava inserido era o da ideia, por parte do senso comum de gestores e economistas de regiões como a América Latina, da existência de uma ampla receita para o enfretamento da crise, que consistia em facilitar a abertura das economias nacionais para proporcionar a entrada do país na “globalização”, e enfraquecer os instrumentos de política econômica do Estado com a justificativa de que os problemas de pouco dinamismo eram consequências do excesso de intervencionismo do Estado (SOUZA, 2015).

Segundo Souza (2015), tais ideias foram consolidadas na forma de “Consenso de Washington”, onde o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial apresentaram essa receita como “recomendação” para solucionar o problema da dívida dos governos. O feito da doutrina do Con-

senso coincidiu com a crença genérica de que apenas a democracia não seria suficiente para solucionar os problemas econômicos.

O desenlace drástico decorrente das medidas adotadas no menemismo (1989-1999), pautadas no âmbito da “Reforma e Ajuste”, representa a comprovação do fracasso do Estado neoliberal na Argentina, que não se mostrou capacitado em constituir um modelo consistente de desenvolvimento sustentável no país. Esse fracasso abre portas para novos argumentos sobre o fortalecimento de um “novo-desenvolvimentismo” argentino que surge como uma reação ao Estado Neoliberal.

É importante destacar que, no começo, a imagem política de Menem despertou descrença em adotar as políticas capazes de frear a crise segundo a receita neoliberal. Primeiro, porque Menem era aliado do Partido Justicialista, dessa forma uma herança política do peronismo. Segundo, seu papel como governador de La Rioja de 1985 a 1989 ficou conhecido por seu descompromisso e despreocupação fiscal. Terceiro, a campanha eleitoral de Menem contava com o “salário”, a “revolução produtiva”, e a renegociação da dívida externa como seus principais programas econômicos, o que são características correspondentes ao peronismo (SOUZA, 2015).

A reforma do setor público no governo de Menem seguia a agenda neoliberal de reduzir o funcionalismo estatal, limitar os serviços públicos, como a educação e saúde, com o objetivo de reduzir o déficit do setor. O programa de desregulamentação beneficiava uma iniciativa de abertura do mercado ao setor privado e externo, além de derrubar políticas de investimentos setoriais do governo, o que abria o caminho para privatizações e concessões de serviços públicos. Uma das reformas mais significantes foi o Plano de Conversibilidade, que fixou a paridade do peso argentino de uma para um com o dólar americano, meio usando para combater a inflação e reassumir a credibilidades diante das autoridades monetárias do país (CANO, 2000).

Inicialmente, as elites econômicas estavam divididas quanto às novas políticas. Os grupos empresariais que possuíam reservas em fácil alcance ao financiamento internacional estavam satisfeitos com as novas políticas, pois poderiam apossar-se de uma ampla parcela das indústrias privatizadas e competir de forma eficiente em um ambiente menos regulado. Contudo, os representantes das indústrias que sustentavam seus lucros na proteção alfandegária, no controle de preços e em subsídios se sentiram prejudicados pela nova competitividade. Esses representantes tentaram como

saída, na insistência de mostrar uma maior necessidade de mais tempo para poder enfrentar às mudanças, porém foram incapazes de frear as novas políticas devido ao agravamento da crise em muitos países e se conformaram a uma posição menor e menos importante na hierarquia do setor privado. Da mesma forma aconteceu com os setores agrícolas tradicionais guiados para o mercado local. Em último caso, os principais prejudicados foram os grupos de renda média e baixa, que sentiram os aumentos de preços, demissões e redução nos serviços sociais. Algumas das consequências desses ajustes, por um extenso período, foram os aumentos nos índices de pobreza, desintegração social e desigualdade (GARRETÓN, 2007).

No âmbito das privatizações, as transferências de grandes parcelas da propriedade nacional para agentes privados, fez com que as elites econômicas e uma minúscula parte da classe média se beneficiassem em diversos níveis e circunstâncias, além de fazer com quem o eleitorado influente, principalmente aqueles de empresas em posicionamento vantajoso, se tornassem defensores do modelo neoliberal. O processo de privatização argentino conduziu a gigantesca concentração de capital aos poucos empresários, a abertura ao investimento externo concedeu o desenvolvimento de empresas administradas por executivos nacionais, que através das suas próprias perspectivas econômicas, defendiam que as reformas eram conciliáveis com o interesse nacional da Argentina.

No contexto social, houve a suspensão dos programas sociais para continuar a redução do déficit do setor público, tais programas receberam uma reformulação para conceder benefícios limitados a grupos específicos, na condição de redes de seguridades social ou políticas focalizadas (BONELLI, 2004). Uma das crenças da ideologia do neoliberalismo, que favoreceram os rigorosos ajustes estruturais, era a de que o mercado produziria automaticamente os recursos necessários para a melhoria dos padrões de vida, através do crescimento econômico. Contrariamente, as reformas anularam a segurança das classes mais baixas e de poucos setores da classe média, uma vez que não houve implementações de políticas específicas através das instituições públicas adequadas.

Em suma, a nova estratégia da agenda neoliberal de impulsionar o mercado através de reformas e ajustes estruturais não conseguia atingir um desenvolvimento sustentável que beneficiasse a todos, pelo contrário, além da catastrófica desigualdade na riqueza e na renda, não alcançaram

sequer um bom desempenho de crescimento ao longo prazo. Apesar de ter existido uma revisão ampliada das recomendações do Consenso e Washington que incorporava reformar governamentais e outra variedade de reformas institucionais, ainda compartilhava fundamentalmente semelhanças com os problemas da primeira e se apresentava insignificância para objetivos práticos de desenvolvimento.

De acordo com Garretón (2007), o debate internacional a respeito da reforma do Estado tem se nutrido das mais variáveis vertentes ideológicas, e que a princípio, existia a ideia de que a reforma do Estado é expressão semelhante à destruição do Estado. O autor alegar que a posteriori, os mesmos defensores da reforma do Estado consolidaram a noção de descentralização administrativa, redução de funções e desregulamentação (o que significa a submissão às estratégias reguladoras dos países desenvolvidos), diminuição dos gastos e austeridade fiscal e de modernização do Estado por meio da terceirização e informática. Contudo, esses pontos não representam a reforma do Estado em processo integral, mas sim apenas uma parte do problema, as políticas de modernização estatal fundamentam-se somente em argumentos antiestatais e em uma ideia de curto prazo. A Argentina deu prioridade às reformas administrativas que desconjuntaram as relações entre o governo e a sociedade, em substituição de implementar reformas que conduzissem a uma mudança substantiva do Estado.

Considerações Finais

Haja visto o que foi apresentado anteriormente, se faz necessário, então, algumas ponderações acerca do processo de formação econômica da economia argentina, a partir da segunda metade do século XX.

Não podemos, de forma alguma, deixar de lado as influências do poder imperial, exercido pelos Estados Unidos, sobre as economias latino-americanas. Conforme assinala Octávio Ianni:

As políticas exteriores dos países da América Latina continuam profundamente influenciadas, ou totalmente determinadas, conforme o caso, pelas relações econômicas, políticas e militares que esses mesmos países mantêm com os Estados Unidos (IANNI, 1988, p. 17)

As décadas de 1950 e 1960 podemos classificar como a fase nacional-desenvolvimentista, também caracterizado como nacional-populismo, que apesar de ter proporcionado à Argentina, uma das mais significantes experiências de emprego, distribuição de renda, ganhos de salário real, e competitividade, sob o véu do peronismo, este passou a praticar autoritarismo no regime oligárquico. Na sequência houve a substituição do pacto social-populista pelo autoritarismo dos regimes militares que progrediu sobre a América Latina na segunda metade da década de 1960 e década de 1970. Com o esgotamento da capacidade de sustentar as ditaduras, surgir na América Latina uma onda de democratização, porém a crise nos países centrais, que resultam nos choques do petróleo nos anos 1970, permite uma reação monetarista que foi liderada pelo Federal Reserve, nos EUA, se materializa em duas figuras principais: Thatcher e Reagan.

Destarte, cabe destacar que a Argentina, assim como diversos outros países latino-americanos sofreram, em seu processo de formação, influências dos interesses políticos e econômicos estadunidenses. A década de 1980 revelou os problemas estruturais de longo prazo do desenvolvimentismo baseado na poupança externa, de forma que a crise do endividamento e a nova configuração mundial beneficiaram a adoção do receituário neoliberal tanto na Argentina como em diversos países da América Latina.

A direção do governo Menem estava centrada na reorganização e orientação da intervenção estatal, sob o prisma neoliberal, desregulando o mercado e diminuindo a ação do Estado nas áreas econômicas e sociais. A agenda neoliberal “Ajuste e Reforma” imposta pelos órgãos institucionais, Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, atingiu a Argentina de forma que afetou diretamente a capacidade de investimento público como também destruiu a fraca capacidade protetiva das políticas sociais, resultando na aceleração das desigualdades sociais, aumento da concentração de renda e desemprego crônico no governo de Meném. Romero acrescenta que:

Hoje há na Argentina uma forte disputa pela memória, muito mais intensa que a existente em 1983. O conflito está relacionado com distintas e novas opções políticas abertas para uma Argentina que se recompõe de uma profunda crise econômica, política e social, desencadeada em dezembro de 2001. Hoje, como em 1983, se trata de ajustar contas com o “passado que dói”. Mas diferentemente daquele momento, está

sob exame não somente a ditadura militar, mas a totalidade do ciclo recente de violência que, se poderia dizer, vigorou na Argentina na segunda metade do século XX (ROMERO, 2007, p. 9 e 10).

Uma economia extremamente endividada e dolarizada foram os resquícios dos governos Militar e de Carlos Menem. Sendo assim, ainda observamos reflexos das experiências nacional-desenvolvimentista e neoliberal na economia argentina, mesmo no século XXI.

Referências

ANDERSON, P. In SADER, E. ; GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BONELLI, M. *Un país em deuda: la Argentina y su imposible relación con el FMI*. Buenos Aires, Planeta, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Ediores, 1968.

CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo, Editora UNESP, 2000.

FERRER, A. *La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argetina, 4^a . ed, 2004 (1963).

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GARRETÓN, Manuel Antonio et al. *América latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sociopolítica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HERRLEIN Jr., R. *Um roteiro para investigar o estado desenvolvimentista na história*. 2012.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo, Cortez, 2^a Ed, 1995.

ROMERO, L. A. *A memória, o historiador e o cidadão*. A memória do *Proceso* argentino e os problemas da democracia. *Topoi (Rio J.)* [online]. 2007, vol.8, n.15, p.9-32.

SODRÉ, N.W. *A Farsa do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. *A arquitetura de uma crise: História e Política Econômica na Argentina, 1989-2002*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

